

RTA-033-2018

**Cooperativa de Crédito de Franca e
Região - Sicoob Cred-Acif**

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e o
Relatório dos auditores independentes**

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e o relatório dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10
1 Contexto operacional.....	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.	11
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa	15
4 Títulos e valores mobiliários	16
5 Relações interfinanceiras – ativo	16
6 Operações de crédito.....	17
7 Outros créditos	19
8 Outros valores e bens	19
9 Investimentos	20
10 Imobilizado de uso	20
11 Depósitos	21
12 Obrigações por empréstimos e repasses.....	22
13 Outras obrigações	23
14 Patrimônio líquido	25
15 Outros dispêndios administrativos	27
16 Outros dispêndios operacionais	27
17 Outros ingressos operacionais.....	28
18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas	28
19 Instrumentos financeiros.....	28
20 Seguros contratados	28
21 Partes relacionadas.....	29
22 Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp.....	29
23 Descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob.....	30

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif
Franca SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 24 de janeiro de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 19 de janeiro de 2018.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior

Contador CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Ativo				Passivo			
Circulante		111.543.656	66.214.691	Circulante		105.601.999	71.201.958
Disponibilidades	3	1.163.617	98.390	Depósitos	11	97.542.727	67.932.429
Títulos e valores mobiliários	4	61.631.214	43.940.138	Obrigações por empréstimos e repasses	12	6.449.238	1.513.756
Relações interfinanceiras	5	703.348	338.366	Relações interdependências		197.850	-
Operações de crédito	6	46.066.168	20.311.057	Outras obrigações	13	1.412.184	1.755.773
Outros créditos	7	874.522	616.534				
Outros valores e bens	8	1.104.787	910.206	Não circulante		606.813	2.799.181
				Exigível a longo prazo			
Não circulante		8.696.462	19.211.374	Obrigações por empréstimos e repasses	12	511.708	2.688.035
Realizável a longo prazo				Outras obrigações	13	95.105	111.146
Operações de crédito	6	7.212.527	17.986.983	Patrimônio líquido	14	14.031.306	11.424.926
Investimentos	9	638.527	460.954	Capital social		8.019.018	6.237.308
Imobilizado de uso	10	801.183	728.260	Reserva legal		5.448.040	4.077.535
Intangível		44.225	35.177	Sobras acumuladas		564.248	1.110.083
Total do ativo		120.240.118	85.426.065	Total do passivo e patrimônio líquido		120.240.118	85.426.065

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

Demonstrações do resultado (sobras ou perdas)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	Nota	2017	2016
Ingressos da intermediação financeira		16.703.294	15.402.835
Operações de crédito		11.462.873	10.639.653
Títulos e valores mobiliários	4	5.003.842	4.414.176
Ingressos de depósitos intercooperativos	5	236.579	349.006
Dispêndios da intermediação financeira		(8.880.546)	(7.489.856)
Operações de captação no mercado	11d	(6.180.304)	(5.835.567)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(402.457)	(252.426)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	6d	(2.297.785)	(1.401.863)
Resultado bruto da intermediação financeira		7.822.748	7.912.979
Outros (dispêndios) ingressos operacionais		(6.892.501)	(6.112.415)
Ingressos de prestação de serviços		4.564.671	3.177.962
Dispêndios de pessoal e honorários		(4.592.978)	(4.025.261)
Outros dispêndios administrativos	15	(5.820.261)	(4.639.389)
Outros dispêndios operacionais	16	(1.864.753)	(1.163.365)
Outros ingressos operacionais	17	820.820	537.638
Resultado operacional		930.247	1.800.564
Resultado não operacional		9.961	(2.766)
Sobra antes da tributação		940.208	1.797.798
Imposto de renda e contribuição social		(72.134)	(79.300)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre o capital		868.074	1.718.498
Juros sobre capital		661.069	713.441
Sobra líquida do exercício		1.529.143	2.431.939

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	4.636.449	2.574.080	991.110	8.201.639
Transferência para reserva legal	-	991.110	(991.110)	-
Integralizações de capital	1.228.275	-	-	1.228.275
Baixas de capital	(340.316)	-	-	(340.316)
Sobra líquida do exercício	-	-	2.431.939	2.431.939
Juros sobre capital	713.441	-	(713.441)	-
IRRF juros sobre capital	(541)	-	-	(514)
Transferência do resultado de terceiros para o FATES	-	-	(10.679)	(10.679)
Reserva legal	-	512.345	(512.345)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Assistencial - FATES	-	-	(85.391)	(85.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.237.308	4.077.535	1.110.083	11.424.926
Transferência para reserva legal	-	1.110.083	(1.110.083)	-
Integralizações de capital	1.595.175	-	-	1.595.175
Baixas de capital	(474.026)	-	-	(474.026)
Sobra líquida do exercício	-	-	1.529.143	1.529.143
Juros sobre capital	661.069	-	(661.069)	-
IRRF juros sobre capital	(508)	-	-	(508)
Reserva legal	-	260.422	(260.422)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Assistencial - FATES	-	-	(43.404)	(43.404)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.019.018	5.448.040	564.248	14.031.306

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	723.418	(3.127.973)
Sobra ajustada do exercício	3.981.234	3.977.209
Sobra líquida do exercício	1.529.143	2.431.939
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	2.297.785	1.401.863
Baixas do ativo imobilizado	-	3.969
Depreciações e amortizações	154.306	139.438
(Aumento) redução nos ativos	(35.422.085)	(22.820.822)
Títulos e valores mobiliários	(17.691.076)	(12.225.129)
Operações de crédito	(17.278.440)	(9.643.253)
Outros créditos e outros valores e bens	(452.569)	(952.440)
Aumento (redução) nos passivos	32.164.269	15.715.640
Depósitos	29.610.298	14.115.043
Relações interdependências e obrigações por empréstimos e repasses	2.957.005	1.396.526
Outras obrigações	(403.034)	204.071
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(413.850)	(370.783)
Aumento de investimentos	(177.573)	(151.787)
Aquisições de imobilizado de uso e intangível	(236.277)	(218.996)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	1.120.641	887.418
Integralizações de capital	1.595.175	1.228.275
Baixas de capital	(474.026)	(340.316)
IRRF juros ao capital	(508)	(541)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	1.430.209	(2.611.338)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	436.756	3.048.094
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.866.965	436.756
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	1.430.209	(2.611.338)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif, constituída em 30 de março de 2000, designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos. Tem sede e administração na cidade de Franca e sua área de ação está limitada aos municípios de Franca, Itirapuã, Patrocínio Paulista, Cristais Paulista, Guará, Ituverava, Pedregulho, Jeriquara, Buritizal, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista no Estado de São Paulo.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito:

- prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens e serviços produzidos; e
- a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução 4.434/2015, de 5 de agosto de 2015, do Banco Central do Brasil (BACEN). É filiada à Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo (Sicoob Central Cecresp), acionista minoritário do Banco Cooperativo do Brasil S/A. (Bancoob) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob).

Em 2 de outubro de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social de Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empresários de Franca e Região – Sicoob Cred-Acif para Cooperativa de Crédito de Franca e Região Sicoob Cred-Acif.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Consideram as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00 (R1), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27 e 33 (R1)).

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 19 de janeiro de 2018.

b Reapresentação de informações comparativas

Algumas informações das demonstrações financeiras da Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016, bem como as correspondentes notas explicativas, estão sendo reapresentadas apenas para fins de comparabilidade com o exercício atual e atendimento a requisitos previstos nas normas do Bacen.

c Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

c.1 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

c.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

c.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

A Circular BACEN nº 3.068/2001, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

c. 5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução nº 2.682/1999 do BACEN, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

c.6 Devedores por depósitos em garantia

Seja por determinação judicial ou espontaneidade da Administração, quando depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos.

c.7 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

c.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

c.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

c.10 Depósitos à vista e a prazo

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos sob aviso e a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

c.11 Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos e repasses

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

c.12 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

c.13 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

c.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

c.15 Segregação de ativos e passivos

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

c.16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social 17%. A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

c.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e normas do BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras (nota 5) são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução nº 3.604/2008 do BACEN.

Descrição	2017	2016
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.163.617	98.390
Relações interfinanceiras	703.348	338.366
	1.866.965	436.756

4 Títulos e valores mobiliários

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco Safra	Cotas de fundos de renda fixa	327.000	-
Banco Safra	CDI - Pré - CDICE - livres	5.455.687	-
Sicoob Central Cecresp	CDI - Pós - CDICE - livres	55.848.527	43.940.138
		<u>61.631.214</u>	<u>43.940.138</u>

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 90% a 100% do CDI (CETIP – B3). As operações estão custodiadas, substancialmente, em bancos ligados ao Sistema Sicoob.

No exercício de 2017 foi registrado no resultado em ingressos de intermediação financeira -títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 5.003.842 (R\$ 4.414.176 em 2016).

5 Relações interfinanceiras – ativo

Em dezembro de 2017, o saldo é de R\$ 703.348 (338.366 em 2016).

A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No exercício de 2017, foram registrados no resultado rendimentos, em ingresso de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 236.579 (R\$ 349.006 em 2016).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a depositantes	50.516	-	50.516	32.140	-	32.140
Cheque especial e conta garantida	1.132.529	-	1.132.529	1.105.280	-	1.105.280
Empréstimos e títulos descontados	38.963.975	7.163.036	46.127.011	17.088.273	15.727.751	32.816.024
Financiamentos rurais: próprios e repasses	6.347.378	613.567	6.960.945	2.668.831	2.688.035	5.356.866
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(428.230)	(564.076)	(992.306)	(583.467)	(428.803)	(1.012.270)
	46.066.168	7.212.527	53.278.695	20.311.057	17.986.983	38.298.040

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2017			2016		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
AA	-	119.756	6.935.261	7.055.017	57.267	5.816.505	5.873.772
A	0,5	599.766	28.507.244	29.107.010	189.028	18.942.271	19.131.299
B	1	479.033	14.588.902	15.067.935	21.954	11.026.514	11.048.468
C	3	219.159	2.004.993	2.224.152	1.479	975.472	976.951
D	10	8.886	17.629	26.515	1.158.533	471.708	1.630.241
E	30	8.505	12.137	20.642	3.393	19.535	22.928
F	50	97.681	2.319	100.000	178	1.000	1.178
G	70	329.192	1.500	330.692	1.267	62.547	63.814
H	100	339.038	-	339.038	305.710	255.949	561.659
		2.201.016	52.069.985	54.271.001	1.738.809	37.571.501	39.310.310

c Movimentação da provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2017	2016
Saldo inicial	(1.012.270)	(1.021.885)
Créditos baixados para prejuízo	2.155.865	1.164.711
Constituição da provisão	(2.297.785)	(1.401.863)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (nota 17)	161.884	246.767
Saldo final	(992.306)	(1.012.270)

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Até 31 de dezembro de 2017 os créditos baixados como prejuízo, registrados em conta de compensação, montam R\$ 7.745.636 (R\$ 5.556.147 em 2016), e em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial. Em 2017, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 161.884 (R\$ 246.767 em 2016), registrados em outros ingressos operacionais (nota 17).

7 Outros créditos

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Avais e fianças honrados	6.587	34.212
Rendas a receber	33.601	41.154
Títulos e créditos a receber	51.037	74.696
Devedores por compra de valores e bens (i)	711.856	-
Devedores diversos - País	82.890	496.318
Provisão para outros créditos	(11.449)	(29.846)
	<u>874.522</u>	<u>616.534</u>

(i) Trata-se da venda de imóveis recebidos em dação de pagamento. O vencimento final das parcelas é setembro de 2018.

8 Outros valores e bens

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imóveis (i)	1.100.774	906.513
Despesas antecipadas	4.013	3.693
	<u>1.104.787</u>	<u>910.206</u>

(i) Refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Referidos bens são destinados à venda e deduzidos pela provisão para desvalorização, quando identificada.

9 Investimentos

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sicoob Central Cecresp (nota 22)	628.188	451.252
Bancoob	9.285	8.662
Cecresp Corretora de Seguros	1.054	1.040
	<u>638.527</u>	<u>460.954</u>

No exercício de 2017 a Cooperativa aumentou seu capital social na Sicoob Central Cecresp em R\$ 176.936 (R\$ 151.787 em 2016). A Cooperativa também aumentou seu capital no Bancoob no exercício em R\$ 623 e em R\$ 14 na Cecresp Corretora de Seguros.

10 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

<u>Descrição</u>	Taxa anual de depreciação	Depreciação		<u>2017</u>	<u>2016</u>
		<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e equipamentos de uso	10%	224.863	(43.489)	181.374	369.510
Instalações	10%	582.177	(166.479)	415.698	132.446
Sistema de comunicação	10%	550	(550)	-	-
Sistema de processamento de dados	20%	353.496	(207.270)	146.226	158.873
Sistema de vigilância	10%	100.399	(42.514)	57.885	67.431
		<u>1.261.485</u>	<u>(460.302)</u>	<u>801.183</u>	<u>728.260</u>

b Movimentação do imobilizado

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2016	897.610	(256.187)	641.423
Aquisições	214.196	(123.390)	90.806
Baixas	(59.280)	55.311	(3.969)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.052.526	(324.266)	728.260
Aquisições	208.959	(136.036)	72.923
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.261.485	(460.302)	801.183

11 Depósitos

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Depósitos à vista	22.318.225	14.831.707
Depósitos a prazo (i)	75.224.502	53.100.722
	<u>97.542.727</u>	<u>67.932.429</u>

(i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados.

Nos exercícios de 2017 e de 2016, os rendimentos dos depósitos sob aviso e a prazo foram registrados no resultado em operações de captação no mercado.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução nº 4.284/2013 do BACEN.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

a Composição do saldo

<u>Instituição financeira</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Encargos financeiros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2017</u>			<u>2016</u>		
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Bancoob	Custeio	7,50% a 9,50% a.a	out/19	<u>6.449.238</u>	<u>511.708</u>	<u>6.960.946</u>	<u>1.513.756</u>	<u>2.688.035</u>	<u>4.201.791</u>

Essas operações são captadas junto ao sistema cooperativo, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares.

13 Outras obrigações

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IOF	17.372	-	17.372	7.819	-	7.819
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES (i)	43.404	-	43.404	96.149	-	96.149
Cotas de capital a pagar	277.778	-	277.778	210.850	-	210.850
Provisão para participação nas sobras	141.727	-	141.727	221.814	-	221.814
	462.909	-	462.909	528.813	-	528.813
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	169.004	-	169.004	191.685	-	191.685
Diversas:						
Obrigações por aquisições de bens e direitos	90.666	-	90.666	166.919	-	166.919
Provisão para pagamentos a efetuar	610.419	-	610.419	529.204	-	529.204
Credores diversos no País	61.814	-	61.814	331.333	-	331.333
Provisão para passivos contingentes (ii)	-	95.105	95.105	-	111.146	111.146
	762.899	95.105	858.004	1.027.456	111.146	1.138.602
	1.412.184	95.105	1.507.289	1.755.773	111.146	1.866.919

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 14b).
- (ii) A Cooperativa possui contingências decorrentes do curso normal das operações. São ações cíveis que pleiteiam revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Conforme os assessores jurídicos da Cooperativa, nenhum processo possui probabilidade de perda provável. Contudo, com base no teor das matérias e nas experiências anteriores, a Administração da Cooperativa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas estimadas com as ações em curso. Referida provisão não está coberta por depósitos judiciais. As movimentações no exercício estão assim resumidas:

Descrição	2017	2016
	Provisão	Provisão
Cíveis	95.105	111.146

	Cíveis
Saldo em 1º de janeiro de 2016	116.823
Constituição	25.000
Reversão	(30.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	111.146
Reversão	(16.041)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95.105

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa e as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

14 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 3.825 cooperados em 31 de dezembro de 2017 e 3.232 cooperados em 31 de dezembro de 2016. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes.

A Cooperativa, conforme Capítulo II, artigo 21 do seu Estatuto Social, poderá pagar aos cooperados juros sobre o capital social, limitado a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para títulos federais. No exercício de 2017, a Cooperativa remunerou seus cooperados em R\$ 661.069 (R\$ 713.441 em 2016).

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.595.175 (R\$ 1.228.275 em 2016), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas em 2017, no montante de R\$ 474.026 (R\$ 340.316 em 2016), proveniente de cooperados desligados.

O capital social é de R\$ 8.019.018 e de R\$ 6.237.308 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente.

b Destinações legais e estatutárias

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2017 e de 2016, conforme Estatuto Social, tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2017	2016
Sobras líquidas do exercício	1.529.143	2.431.939
Destinações estatutárias:		
Juros sobre capital (i)	(661.069)	(713.441)
Reserva legal (ii)	(260.422)	(512.345)
FATES (iii)	(43.404)	(85.391)
Transferido para FATES	-	(10.679)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	564.248	1.110.083

- (i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2017, foi aprovado a remuneração das cotas capital dos cooperados. O montante a ser capitalizado de R\$ 660.561, líquido do IRRF, foi contabilizado como “Capital Social”, conforme determinação do plano de contas do COSIF. Adicionalmente, conforme determinado pela Circular nº 2.739 do BACEN, os juros sobre o capital integralizado foram registrados no resultado do exercício como “Outros dispêndios operacionais”, e revertidos ao final da demonstração de sobras para ser representado como destinação das sobras do exercício na demonstração das mutações do patrimônio líquido. No exercício de 2016, o montante capitalizado foi de R\$ 712.900, líquido do IRRF.
- (ii) 30% para a reserva legal: destinada a reparar perdas eventuais e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa. O percentual sofrerá variação para maior de acordo com a classificação da Cooperativa, conforme tabela constante no Estatuto Social;
- (iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: destinado a prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em assistência aos cooperados para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 13 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2017, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2016, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

15 Outros dispêndios administrativos

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Água energia e gás	(60.551)	(58.871)
Aluguéis	(420.976)	(335.459)
Comunicações	(439.315)	(315.766)
Manutenção e conservação de bens	(41.316)	(69.127)
Material	(64.780)	(50.740)
Processamento de dados	(614.740)	(47.773)
Propaganda e publicidade	(217.855)	(198.459)
Publicações	(6.726)	(2.153)
Seguros	(10.234)	(5.312)
Serviços do sistema financeiro	(1.457.134)	(1.476.531)
Serviços de terceiros	(331.525)	(347.976)
Serviços de vigilância e segurança	(545.512)	(510.389)
Serviços técnicos especializados	(335.471)	(258.209)
Transporte	(373.268)	(224.411)
Tributárias	(67.945)	(35.585)
Depreciação e amortização	(154.306)	(139.438)
Outras despesas administrativas	(678.607)	(563.190)
	<u>(5.820.261)</u>	<u>(4.639.389)</u>

16 Outros dispêndios operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Juros sobre capital próprio	(661.069)	(713.441)
Dispêndios de impostos e contribuições	(66.224)	(60.912)
Prejuízo na alienação de bens	(163.251)	-
Desvalorização de outros valores e bens	(427.375)	-
Outros dispêndios operacionais	(546.834)	(389.012)
	<u>(1.864.753)</u>	<u>(1.163.365)</u>

17 Outros ingressos operacionais

Descrição	2017	2016
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6e)	161.884	246.767
Recuperação de encargos e despesas	142.956	1.182
Rendas com cartão de crédito	341.370	183.043
Outras rendas	174.610	106.646
	820.820	537.638

18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações junto a instituições financeiras oficiais que montam R\$ 2.898.678 e R\$ 2.368.703 em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, respectivamente, registradas em contas de compensação.

19 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista, sob aviso e a prazo e empréstimos e repasses.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios.

20 Seguros contratados

A Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das

demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

21 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive diretores e executivos e membros da família. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As operações são assim resumidas nos exercícios:

Natureza da operação	2017		2016	
	Valor	%	Valor	%
Operações de crédito	628.275	1	484.156	1
Depósitos	1.234.775	1	607.409	1
Honorário, cédulas de presença, salários e premiações	736.882	16	671.724	17

22 Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp

O Sicoob Central Cecresp representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

O Sicoob Central Cecresp tem por objetivo efetuar a centralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, econômica, tecnológica, contábil, marketing e comunicação, organização e métodos, capacitação profissional e jurídica das cooperativas que o integram. Cabe ainda ao Sicoob Central Cecresp o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional de suas associadas, no sentido de prevenir e corrigir situações anormais que possam acarretar riscos para a solidez de suas associadas ou do sistema.

b Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp nos exercícios

Descrição	2017	2016
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	55.848.527	43.940.138
Relações interfinanceiras (nota 5)	703.348	338.366
Ativo não circulante		
Investimentos (nota 9)	628.188	451.252

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

23 Descrição da estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob

a Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução 3.380/2006 do BACEN.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução 3.721/2009 do BACEN, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação

Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão do Sicoob Confederação.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b Riscos de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resolução 3.464/2007 do BACEN.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução 3.721/2009 do BACEN, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Cooperativa.

Apesar de o balanço patrimonial demonstrar ativos circulantes inferiores aos passivos circulantes, a Administração da Cooperativa, com base nas informações históricas e atuais das operações, não vê risco de liquidez.

c Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução 3.721/2009 do BACEN, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

d Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução 3.988/2011 do BACEN.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução 3.988/2011 do BACEN, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob; e
- adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

*** fim ***